

ELIMINAÇÃO DE CONTEÚDOS IRRELEVANTES EM BUSCA DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS RELEVANTES EM NOTAS EXPLICATIVAS

ELIMINATION OF IRRELEVANT CONTENT IN SEARCH OF DISCLOSURE OF RELEVANT ACCOUNTING INFORMATION IN FOOTNOTES

Copyright © 2021 Fipecafi. Todos os direitos reservados.

Artigo avaliado por Double Blind Review.

Recebido em: 08/12/2021. Modificações requeridas em: 01/03/2022. Aceito em: 22/04/2022

DOI: <https://doi.org/10.53826/2763-7069.v2n2.2021.id41>

Fernando de Almeida Alves

Universidade Federal de São Paulo - São Paulo (Brasil)
fernando.a15@outlook.com

Jorge Andrade Costa

Universidade Federal de São Paulo - São Paulo (Brasil)
jorge.costa@unifesp.br

RESUMO

Este trabalho analisou as informações divulgadas ao mercado por uma Companhia Aberta, em especial ao que se refere à apresentação das Notas Explicativas. O estudo buscou verificar se a Companhia atendeu aos requerimentos da OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a eliminação de conteúdos irrelevantes e a manutenção tão somente de informações relevantes. A metodologia utilizada neste trabalho foi a do estudo de caso. Com esta metodologia foram observadas as Demonstrações Contábeis da TOTVS S.A., relativas aos exercícios dos anos de 2013 à 2020. Este período foi escolhido em função do início da vigência da OCPC 07, em 2014. A análise abordou três fases: (i) na primeira fase foram fixadas métricas comparativas de um ano para outro; (ii) na segunda fase foram analisadas as Notas Explicativas dos Intangíveis, levando-se em consideração também, a sua relevância frente aos demais ativos da Companhia; e (iii) na terceira fase foram avaliadas as Notas Explicativas das Principais Políticas Contábeis. Os resultados indicaram que houve uma redução relevante das Notas Explicativas da TOTVS nos anos subsequentes ao ano-base 2013, atendendo ao objetivo da OCPC 07. Houve redução de 35% no número de páginas divulgadas em 2014 em relação a 2013. Essa redução ocorreu, principalmente, pela eliminação de conteúdos irrelevantes, como cópias literais de normas contábeis.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações Contábeis; Notas Explicativas; TOTVS; Relevância; OCPC 07.

ABSTRACT

This work analyzed the information disclosed to the market by a Public Company, especially regarding the presentation of Explanatory Notes. The study sought to verify whether the Company complied with the requirements of OCPC 07 - Disclosure

of General Purpose Accounting and Financial Reports, issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPC) eliminating irrelevant content and maintaining only the relevant information. The methodology used in this work was a case study through which TOTVS SA's Financial Statements for the years 2013 to 2020 were examined. This period was chosen due to the start of validity of OCPC 07, in 2014. The analysis covered three phases, as follows: (i) in first phase comparative metrics were fixed from one year to another; (ii) in the second phase, the Explanatory Notes on Intangible were analyzed, taking into account their relevance in respect to the other assets of the Company; and (iii) in the third phase, the Explanatory Notes of the Main Accounting Policies were evaluated. The results indicated that there was a relevant reduction in TOTVS's Explanatory Notes in the years following the base year 2013, meeting the objective of OCPC 07. There was a 35% reduction in the number of pages published in 2014 compared to 2013. This reduction occurred, mainly, by eliminating irrelevant content such as literal copies of accounting standards.

KEYWORDS: Financial Statements; Footnotes; TOTVS S.A.; Relevance; OCPC 07.

1 INTRODUÇÃO

Levando-se em consideração o atual cenário, com o fenômeno da globalização, pode-se observar um aumento do fluxo de informações ao alcance dos usuários, por meio dos mais diversos dispositivos, e a qualquer tempo.

Apesar do aspecto positivo da disponibilidade de informações, o excessivo número delas à disposição dos usuários das Demonstrações Contábeis, pode causar uma nova problemática quanto à qualidade e à veracidade das informações, podendo haver uma infinidade de informações inúteis encobrendo informações relevantes, que deixaram de ser divulgadas. Dessa forma, o obstáculo primário do usuário, não é o de conseguir acesso às informações, mas sim, dentre todas as informações disponíveis, filtrar as que de fato serão úteis e válidas para a tomada de decisão.

Em decorrência da Lei nº 6.404/1976 e dos órgãos reguladores, as empresas são obrigadas a divulgar informações por meio de Demonstrações Contábeis anuais, com o objetivo de comunicar aos seus stakeholders informações sobre sua estrutura patrimonial e financeira, o seu desempenho e seus fluxos de caixa. Para as companhias abertas, instituições financeiras, seguradoras, dentre outras, além das Demonstrações Contábeis anuais também devem ser divulgadas as Demonstrações Intermediárias, auditadas por firma de auditoria independente.

Na tentativa de atender às exigências necessárias e apresentar uma informação completa, são observadas, nas Notas Explicativas divulgadas pelas empresas, textos complexos e longos, que contêm, muitas vezes, cópias literais do texto das normas contábeis que são, entretanto, insuficientes quanto à relevância e à materialidade das informações relacionadas à empresa.

Este estudo analisou as Demonstrações Contábeis anuais da TOTVS S.A., nos exercícios de 2013 até 2020, com observação especial ao que diz respeito à Orientação OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) que, em consonância ao exposto sobre relevância, demonstra a preocupação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em reforçar os requisitos básicos para a

elaboração e evidenciação das informações contábeis, com o objetivo de atingir um aumento na qualidade das informações divulgadas.

Com essa orientação, o CPC pretendeu instruir os preparadores das Demonstrações Contábeis das empresas a divulgarem, tão somente, informações relevantes aos seus usuários. Sabe-se que para a Contabilidade o conceito de relevância deve abranger valor preditivo, confirmatório ou ambos.

Assim, o objetivo deste trabalho foi verificar se a Companhia atendeu aos requerimentos da OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a eliminação de conteúdos irrelevantes e a manutenção tão somente de informações relevantes, nos exercícios de 2013 até 2020, e identificar se houve um melhor nível de divulgação, em termos de redução de Notas Explicativas após a adoção da OCPC 07.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Teoria da Divulgação

A informação contábil é destinada aos usuários internos e externos da entidade. Com o passar do tempo, há exigência de que uma maior gama de informações seja divulgada, com maior precisão e detalhes, e com intervalos de tempo cada vez menores, sendo que a perfeição seria atingida com toda informação relevante disponível de maneira precisa e online. Entretanto, a fim de preservar o sigilo em algumas situações, os preparadores das informações são induzidos a não divulgar determinadas informações (SALOTTI; YAMAMOTO, 2008).

Baseado no conflito entre realizar a divulgação da maior amplitude de informações possíveis ou manter o sigilo quanto às decisões estratégicas da companhia, com custos aceitáveis que circunda o campo de atuação da Teoria da Divulgação, busca-se encontrar o ponto ideal entre os interesses externos e internos, e as motivações que levam as companhias a divulgarem os seus dados ao mercado.

Para os autores Gibbins et al. (1990), a divulgação é definida como uma informação contábil de natureza qualitativa ou quantitativa, comunicada pela empresa por meio de canais formais ou informais, com o objetivo de fornecer informações úteis aos seus usuários.

De acordo com Salotti e Yamamoto (2006), os fatores externos que mais influenciam a gama de informações a serem divulgadas, e em que nível serão abordadas, são o ambiente em que a empresa está inserida, o grau de exigência dos usuários relacionados, as informações advindas de setores da sociedade e seus próprios concorrentes, a divulgação de dados socioeconômicos da população, os investimentos e a existência de um mercado de capitais estruturado.

Na Teoria da Divulgação, as pesquisas se baseiam no conceito de seleção adversa. De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), a lógica desse conceito pode

ser percebida quando um comprador racional interpreta a informação não divulgada como uma informação não favorável sobre o valor ou qualidade do ativo. Desse modo, a estimativa do valor do ativo passa a ser adversa, ou seja, na falta de informação, os investidores descontam o valor dos seus ativos até o momento em que se torna interessante para a empresa revelar a informação. Nesse contexto, determinada informação não divulgada, pode ser revelada em função do comportamento dos investidores.

Um dos principais estudos que abordam esse tema é o do Verrecchia (2001). Nesse estudo, os trabalhos existentes são divididos em três categorias: a divulgação baseada em associação, a divulgação baseada em eficiência e a divulgação baseada em julgamento.

Para a divulgação baseada em associação, existe a análise exógena do comportamento dos interlocutores e suas mudanças em atividades. Os resultados oferecem relações ou associações entre as informações divulgadas e as mudanças de preço das ações das companhias, volume de negócios, entre outros fenômenos do mercado.

Para a divulgação baseada em eficiência, os preparadores das informações procuram verificar o modelo de divulgação preferido pelos usuários das informações. Desta forma, busca-se avaliar o nível de desequilíbrio informacional entre empresa e investidores, e dissipar esse desequilíbrio com a divulgação dos relatórios.

É observado que os gestores encontram dificuldades em atingir os níveis mais elevados de divulgação devido ao alto custo inerente a este processo. Ao atingir esse nível, o desequilíbrio informacional é reduzido a praticamente zero. Dessa forma, uma solução que visa atingir o ponto ótimo é o comprometimento da empresa em divulgar ao público, no momento exato da ocorrência de um fato econômico com uma política de divulgação eficiente em que não deixe de comunicar os fatos relevantes, mas que resguarde a empresa de ter que divulgar 100% de suas informações em tempo real.

Na divulgação baseada em julgamento, há um fator endógeno à companhia, ou seja, é avaliado o ponto de vista da entidade para definir se tal informação deve ou não ser divulgada ao mercado.

Dye (2001) parte da premissa de que qualquer entidade publicará informações que lhes forem favoráveis e deixará de divulgar aquelas que lhes forem prejudiciais.

Elucidando essa teoria, Salotti e Yamamoto (2006) citam que uma empresa com ótimas perspectivas financeiras para os próximos três anos tem um maior incentivo para divulgar em detalhes essas perspectivas, pois acredita que os custos relacionados a essa divulgação, compensam os benefícios, pois a não divulgação dessa informação levaria o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras dos próximos anos poderiam ser ruins.

Desse trecho, abstrai-se que entidades possuem grandes volumes de informações com obrigatoriedade de divulgação, entretanto, as entidades possuem informações complementares para avaliação dos investidores, cuja divulgação não se

faz obrigatória, mas é recomendado que se faça.

Como existem condições a serem atendidas para que a divulgação ocorra, Verrecchia (1990) busca esclarecer a relação entre qualidade da informação e divulgação voluntária. Como resultado, cita que se a informação não é relevante, não existe estímulo a divulgá-la devido ao alto custo e nenhum benefício atrelado

Caso exista relevância e maximize o valor dos ativos da empresa, a informação deve ser divulgada, uma vez que o custo inerente perde relevância, de maneira que existe um paralelo entre a qualidade da informação e o nível de divulgação adotado pela entidade.

Os resultados das principais pesquisas relacionadas ao tema da Teoria da Divulgação, como referencial teórico, convergem ao ponto de equilíbrio que determina o nível de divulgação a ser adotado pelos administradores, sendo que este será definido com base nos benefícios apresentados à entidade, de tal forma que se os benefícios se encontrarem acima desse ponto, terão as informações divulgadas e, caso contrário, se a divulgação do evento não apresentar estímulos suficientes à entidade, a informação deixará de ser transmitida.

2.2 Divulgações em Notas Explicativas

A Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) dispõe sobre os requisitos básicos para a elaboração e evidenciação a serem observadas quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, em especial, no que compreende às informações a serem divulgadas nas Notas Explicativas.

As Notas Explicativas devem atender às características da informação contábil apresentadas anteriormente e contidas no CPC 00 (R2) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019), e devem acompanhar as Demonstrações Contábeis como sua parte integrante, mas não sendo consideradas como uma demonstração contábil. As Notas Explicativas buscam preencher as lacunas existentes que impossibilitariam o entendimento das Demonstrações Contábeis as quais acompanham.

Franco (1989) aborda a finalidade da prestação de informações aos stakeholders e defende que a técnica de apresentação das informações contábeis deve subordinar-se aos critérios da clareza e objetividade para que possam ser devidamente interpretadas por todos aqueles que têm seus interesses vinculados ao patrimônio da entidade.

Para Ludícibus (2000), ocultar informações ou fornecê-las de maneira demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso.

De acordo com Santos (2018), o tempo de abertura de capital de uma empresa está inversamente associado com o tamanho das suas Notas Explicativas, evidenciando, assim, que o know-how desenvolvido pelas empresas com o passar

do tempo aumenta a assertividade quanto aos aspectos relevantes e que devem ser divulgados aos usuários das informações.

Lang e Lundholm (1993) buscaram determinar os principais fatores que influenciariam as empresas a divulgarem voluntariamente as suas informações. Eles chegaram à conclusão que as grandes empresas divulgam mais, pois seus custos de divulgação tendem a ser proporcionalmente menores. Empresas que emitem títulos primários divulgam mais pela necessidade de atrair investidores do que empresas cujo capital já foi aberto no passado e já se tornaram conhecidas dos investidores. Os autores também verificaram que os níveis de divulgação das empresas são diretamente proporcionais ao seu desempenho.

Lambert et. al. (2007) examinaram se as informações contábeis divulgadas por uma empresa se manifestam em seu custo de capital. Os achados indicam que a qualidade das informações contábeis pode influenciar no custo do capital, direta ou indiretamente. O efeito direto ocorre porque as divulgações de maior qualidade afetam as covariáveis avaliadas da empresa com os fluxos de caixa de outras empresas. Por outro lado, o efeito indireto ocorre porque as divulgações de maior qualidade afetam as decisões reais de uma empresa, o que provavelmente altera a relação dos fluxos de caixa futuros esperados para a covariância desses fluxos de caixa com a soma de todos os fluxos de caixa no mercado. Os autores concluem, afirmando que o efeito é um aumento na qualidade da informação leva a um declínio inequívoco do custo de capital.

Silva et al. (2018) buscaram identificar se o nível de legibilidade das informações divulgadas nas Notas Explicativas foi impactado após a adoção da OCPC 07. A amostra do estudo foi composta por 50 empresas listadas no segmento IBRX50 da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) nos anos de 2015 e 2016. Os resultados apontaram que as companhias que atenderam as diretrizes da OCPC 07, que iniciaram o processo de adaptação em 2015, tiveram um aumento nos níveis de complexidade das informações divulgadas no ano de 2016. Para as companhias que iniciaram o processo de adaptação no ano de 2016 houve uma queda nos níveis de complexidade. Os autores afirmaram, ainda, que os achados sugerem que apenas a nova orientação do CPC não foi suficiente para aumentar a legibilidade das notas explicativas e que ações paralelas são necessárias para tornar as Notas Explicativas das companhias brasileiras mais legíveis.

Como parte de seu projeto de Demonstrações Contábeis Primárias, o IASB pretende melhorar consideravelmente a comunicação contida nas Demonstrações Contábeis. Conforme Braunbeck e Luccas (2020), as modificações propostas poderão impactar as indústrias de todos os segmentos de negócios. A mudança mais profunda será na Demonstração do Resultado. Os autores destacam algumas dificuldades no mercado brasileiro para a implementação das propostas contidas na minuta de exposição emitida pelo IASB, por exemplo, as rubricas e subtotais na Demonstração do Resultado e a inclusão de medidas non-GAAP nas Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, esse projeto, que foi demandado pelos investidores, pretende alterar a IAS 1 (CPC 26 (R1)), podendo gerar conflitos com os requerimentos regulatórios, como a Lei no 6.404/1976.

Como o projeto é muito abrangente, uma parte já está em vigor com a alteração pontual da IAS 1 (CPC 26 R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) que ocorreu em 2018. Para contemplar tal alteração, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a 14ª Revisão de Pronunciamentos Técnicos, tratando da materialidade, a saber:

A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019)

O conceito da obscuridade está associado à ideia de que a revelação de informações imateriais pode obscurecer as informações materiais.

A divulgação de conteúdos imateriais, como a reprodução de textos dispostos nas normas, integral ou parcialmente, são itens que a entidade deve abolir de suas práticas contábeis, tendo em vista as orientações contidas na OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014). Dessa forma, há melhoras na comunicação da empresa com os seus stakeholders.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve como natureza a pesquisa qualitativa caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e/ou fenômenos (MARTINS, 2008).

A abordagem de avaliação utilizada foi o estudo de caso. Para Ventura (2007), com esse procedimento supõe-se que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso.

Martins (2008) afirma que a pesquisa documental por meio da análise de conteúdo é um método conveniente para se estudar e avaliar relatórios divulgados por uma companhia, o que auxiliará na identificação da objetividade e da sistemática da comunicação utilizada pela TOTVS S.A. em suas Demonstrações Contábeis.

Godoy (1995) aponta que a escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se desenvolve em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses.

Para verificar as oportunidades de racionalização das Demonstrações Contábeis que melhorem a qualidade das divulgações, foram analisados os relatórios divulgados pela TOTVS S.A., Companhia listada na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Foram verificadas as divulgações anuais relativas aos exercícios compreendidos entre 2013 e 2020.

As Demonstrações Contábeis do ano de 2013 serviram de base de comparação, pois a TOTVS S.A. comunicou ao mercado a sua aderência à OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) no ano de 2014. Essa orientação do CPC objetivou melhorar a qualidade das informações divulgadas e eliminar os conteúdos

não relevantes constantes nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

A análise das Demonstrações Contábeis da TOTVS S.A. de 2013 a 2020 se concentrou na parte das Notas Explicativas. Foram fixadas métricas quantitativas comparativas para verificar as mudanças entre as informações divulgadas nesse período e o grau de importância dessas mudanças. As métricas fixadas foram a quantidade numérica de páginas do relatório, a proporção de tabela por página e o número de palavras.

O passo seguinte foi avaliar os ativos intangíveis, em função deste ativo ser relevante na atividade principal da Companhia.

As Notas Explicativas avaliadas do Intangível possuem requerimentos constantes no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010).

As Notas Explicativas anuais da TOTVS foram analisadas com o objetivo de identificar se a Companhia segue as orientações de divulgação da OCPC 07, bem como verificar as alterações que a TOTVS S.A. procedeu anualmente a partir de 2014. O CPC 04 (R1) possui uma seção que trata de divulgação de Ativos Intangíveis em Notas Explicativas. O entendimento da OCPC 07 é que, mesmo que as diversas normas existentes requeiram divulgações específicas, como é o caso do CPC 04 (R1), a companhia deve avaliar se a divulgação requerida é relevante para ser divulgada.

Por último, com base nas normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, foi realizado o desenvolvimento e a análise da Nota Explicativa sobre as “Principais Políticas Contábeis”. Nessa etapa, as Demonstrações Contábeis de 2013 a 2020 foram comparadas ano a ano com base na OCPC 07. Esse procedimento teve por objetivo analisar as principais alterações ocorridas entre os anos estudados, verificando o nível de importância e qualidade das informações mantidas, de acordo com os conceitos de relevância descritos na orientação do CPC.

4. RESULTADOS

4.1. Resultados para as Métricas Comparativas

Com o intuito de avaliar as alterações e em qual nível de importância essas alterações foram aplicadas nos relatórios divulgados pela TOTVS S.A., foi realizado o estudo das métricas quantitativas comparativas descritas na seção “Metodologia da Pesquisa” deste trabalho.

A primeira métrica utilizada foi a quantidade total de palavras constantes nas Notas Explicativas. A Tabela 1 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2020, sendo que o ano de 2013 foi considerado o ano-base:

Tabela 1 – Quantidade de Palavras nas Notas Explicativas da TOTVS.

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Palavras totais	23.503	15.065	17.102	17.935	18.242	20.564	18.841	26.226
Varição em relação ao ano-base (%)	-	(35,90)	(27,23)	(23,69)	(22,38)	(12,50)	(19,84)	11,59
Varição em relação ao ano anterior (%)	-	(35,90)	13,52	4,87	1,71	12,73	(8,38)	39,20

Fonte: Dados da pesquisa.

A TOTVS reduziu 8.438 palavras em 2014, equivalente a 36% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração o período, houve em média, 17.958 palavras divulgadas entre os anos de 2014 e 2019, representando uma redução de 24% em relação ao ano-base.

Para o ano de 2020, observou-se um aumento no número de palavras, destoando do restante do período avaliado. Essa divergência ocorreu, principalmente, em função das divulgações relativas à pandemia da COVID-19.

Como consequência da redução na quantidade de palavras entre 2014 e 2020, houve redução da quantidade de páginas totais do relatório. Essa foi a segunda métrica considerada no trabalho. A Tabela 2 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2020:

Tabela 2 – Quantidade de Páginas nas Notas Explicativas da TOTVS.

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número páginas	66	43	44	48	47	49	48	61
Varição relativa ao ano-base (%)	-	(34,85)	(33,33)	(27,27)	(28,79)	(25,76)	(27,27)	(7,58)
Varição em relação ao ano anterior (%)	-	(34,85)	2,33	9,09	(2,08)	4,26	(2,04)	27,08

Fonte: Dados da pesquisa.

A TOTVS reduziu 23 páginas nas divulgações de 2014, equivalente a 35% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração o período, houve em média, uma redução de 20 páginas entre os anos 2014 e 2019, representando 30% em relação ao ano-base.

Para o ano de 2020 observa-se um aumento no número de páginas (apenas em 2013 a quantidade de páginas foi maior). O aumento foi consequência do aumento do número de palavras em 2020 provocado pela divulgação da pandemia da COVID-19.

A próxima métrica comparada foi a utilização de tabelas no relatório, uma vez que a utilização de tabelas facilita a organização dos dados apresentados, melhorando a qualidade da divulgação como um todo, evitando ainda a repetição desnecessária de algumas informações e compilando apenas as informações importantes. A Tabela 3 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2020:

Tabela 3 – Quantidade de Tabelas nas Notas Explicativas da TOTVS.

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tabelas totais	60	54	59	64	62	62	59	60
Variação em relação ao ano-base (%)	-	(10,00)	(1,67)	6,67	3,33	3,33	(1,67)	0,00
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	(10,00)	9,26	8,47	(3,13)	0,00	(4,84)	1,69

Fonte: Dados da pesquisa.

Houve redução de 6 tabelas entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a 10% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período, houve em média, 60 tabelas entre os anos de 2014 e 2020, considerando que nesse item não houve redução da quantidade de tabelas em comparação com o ano-base.

Para complementar a avaliação da Tabela 3, uma vez que houve redução significativa da quantidade de palavras e páginas do relatório e não houve redução das tabelas, a próxima métrica analisará do coeficiente de tabelas por página das Notas Explicativas. A Tabela 4 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2020:

Tabela 4 – Quantidade de Tabelas por Página nas Notas Explicativas da TOTVS.

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tabelas por páginas	0,91	1,26	1,34	1,33	1,32	1,27	1,23	0,98
Variação em relação ao ano-base (%)	-	38,14	47,50	46,67	45,11	39,18	35,21	8,20
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	38,14	6,78	(0,56)	(1,06)	(4,08)	(2,86)	(19,98)

Fonte: Dados da pesquisa.

A TOTVS aumentou 0,35 tabela por página em 2014, equivalente a 38% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período, houve em média, 1,29 tabela por página entre os anos 2014 e 2019 representando um acréscimo de 42% em relação ao ano-base. Para o ano de 2020 o coeficiente foi reduzido, em virtude da necessidade das divulgações sobre a pandemia.

O aumento da quantidade de tabelas por página pode ser entendido como consequência da redução do número de palavras e páginas, visto que muitas dessas tabelas foram inseridas em substituição a textos longos, repetitivos e de difícil compreensão, sendo que essas novas tabelas são extremamente vantajosas a todos os usuários das Demonstrações Contábeis, uma vez que as informações constantes em tabelas são mais fáceis de serem compreendidas.

Encerrando o estudo das métricas comparativas, a última avaliação realizada foi em relação ao número de itens descritos em “Principais Políticas Contábeis”, visto que essa é uma Nota Explicativa na qual as companhias devem apresentar as políticas escolhidas em situações em que as normas apresentam mais de uma opção de contabilização, sendo que, saber qual foi a opção da empresa em determinados assuntos é essencial para a compreensão das Demonstrações Contábeis. Entretanto, muitas empresas incluem textos literais das Normas na Nota Explicativa sobre as Principais Políticas Contábeis, tornando a leitura mais prolongada e ineficiente. Dessa forma, as informações relevantes podem passar despercebidas em meio a essas cópias literais. A Tabela 5 apresenta a compilação das políticas contábeis entre os anos de 2013 e 2020:

Tabela 5 – Itens sobre Políticas Contábeis nas Notas Explicativas da TOTVS.

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de itens sobre políticas contábeis	26	8	11	11	12	14	12	13
Variação em relação ao ano-base (%)	-	(69,23)	(57,69)	(57,69)	(53,85)	(46,15)	(53,85)	(50,00)
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	(69,23)	37,50	0,00	9,09	16,67	(14,29)	8,33

Fonte: Dados da pesquisa.

A TOTVS reduziu 18 itens de políticas contábeis em 2014, equivalente a 69% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período, houve em média, redução de 11,57 itens entre os anos 2014 e 2020, representando uma redução média de 45% em relação ao ano-base.

Em outras palavras, a quantidade de políticas contábeis de 2014 (no ano da adoção da OCPC 07) representou menos de um terço das políticas contábeis divulgadas em 2013. Em relação ao ano de 2020, a TOTVS divulgou 13 políticas contábeis, representando metade das políticas contábeis divulgadas em 2013.

Ao observar as Notas Explicativas eliminadas, percebe-se que se tratavam de informações não relevantes e que não fizeram falta aos usuários das informações contábeis, pelo contrário, trouxeram mais clareza às Notas Explicativas e proporcionaram economia de tempo aos leitores.

4.2. Resultado da Análise das Notas Explicativas do Intangível

Visando avaliar o impacto efetivo das mudanças provenientes da orientação do CPC, foi conduzido um estudo detalhado para a Nota Explicativa do Intangível. A escolha dessa análise se deveu ao contexto operacional em que a Companhia está inserida.

A TOTVS é líder na atividade de desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataformas de produtividade e colaboração, consultoria e prestação de serviços relacionados. Por possuir os sistemas como objeto social, a Companhia investe altos montantes em softwares, os quais são contabilizados no Intangível. A relevância desses ativos com base no Ativo Total da Companhia foi indicada na Análise Vertical constante na Tabela 6.

Tabela 6 – Percentual dos ativos intangíveis da TOTVS em relação ao total de ativos

Valores em %	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ativo Circulante	50,94	53,93	43,49	38,94	41,64	42,66	56,68	55,03
Ativo Não Circulante	49,06	46,07	56,51	61,06	58,36	57,34	43,32	44,97
Intangível	34,18	30,42	41,28	42,07	38,54	35,84	22,93	30,82

Fonte: Dados da pesquisa.

A redução percentual no Ativo Intangível observada em 2019 não está relacionada à diminuição relevante no valor dos Intangíveis. Tal redução refere-se ao aumento do total de ativos em função do aporte de capital realizado pela Companhia que foi registrado contabilmente em “Caixa e Equivalentes de Caixa”, conforme pode ser observado na Tabela 7:

Tabela 7 – Percentual do Caixa da TOTVS em relação ao total de ativos

Valores em %	31/12/2018	31/12/2019
Ativo Total	100,00	100,00
Ativo Circulante	42,66	56,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	18,94	43,50
Ativo Não Circulante	57,34	43,32

Fonte: Dados da pesquisa.

Para reforçar a afirmação sobre a representatividade do Intangível, a Tabela 8 apresenta o estudo via Análise Horizontal da conta de “Intangível” no Balanço Patrimonial da Companhia, sendo que a pequena redução no valor em 2019 é justificada tão somente pela amortização dos ativos intangíveis:

Tabela 8 – Evolução do Intangível da TOTVS de 2013 a 2020

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intangível	631.907	652.086	1.099.012	1.028.136	960.968	857.128	810.697	1.586.177
Δ% em relação ao ano-base	-	3,19	73,92	62,70	52,07	35,64	28,29	35,64
Δ% em relação ao ano anterior	-	3,19	68,54	(6,45)	(6,53)	(10,81)	(5,42)	95,66

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2013 a TOTVS divulgou informações de seus Intangíveis na Nota Explicativa de Principais Políticas Contábeis (Nota 2.10) e, adicionalmente, em uma Nota Explicativa específica sobre o assunto (Nota 13).

Na Nota de Principais Políticas Contábeis podem ser observados trechos desnecessários e cópias literais das Normas Contábeis, definições de termos contábeis e suas formas de contabilização como, por exemplo, a definição de ágio.

Na Nota Específica a Companhia apresentou alguns quadros para demonstrar as posições da controladora e do consolidado, bem como um quadro identificando as adições realizadas por meio da combinação de negócios. Em seguida foi incluído um texto contendo uma explicação quanto ao método de amortização de seus intangíveis e, ao final, a composição da coluna “Outros” das tabelas da posição da controladora e do consolidado. Quanto a esses textos explicativos é possível ressaltar que eles deveriam acompanhar o quadro de composição dos ativos da controladora e do consolidado, ao invés de serem adicionados ao final da seção, após o quadro de ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios, pois dessa forma o seu objetivo seria melhor compreendido.

No ano de 2014, o tema constou apenas em Nota Específica (Nota 12). Assim, na Nota de Principais Políticas Contábeis foi suprimida a parte que abordava sobre os Intangíveis.

Na Nota 12 constou inicialmente a descrição relativa às contabilizações, tendo sido suprimidas as repetições desnecessárias da Norma, seguidos pelos: (i) quadros descritivos da controladora e consolidado; (ii) apresentação das descrições relativas à amortização dos ativos; e (iii) composição da coluna “Outros”. Para finalizar a Nota, foi inserido um quadro relativo aos ágios da TOTVS. Essa apresentação demonstra que a Companhia teve a percepção de que os textos explicativos, ressaltados na análise das Notas Explicativas de 2013, deveriam acompanhar o quadro resumo dos ativos, reduzindo majoritariamente os descritivos em textos e descrevendo na Nota apenas o que é essencial. A Companhia focou seus esforços em apresentar mais tabelas e isto facilitou a leitura e compreensão das Notas Explicativas.

Para o ano de 2015, a Companhia adotou a mesma estrutura do ano anterior,

abordando o tema em Nota Específica (Nota 13) e realizando a inclusão da análise do valor recuperável de ativos. Pode ser observada a mesma sensibilidade da Companhia em relação ao ano anterior, não apresentando trechos desnecessários das normas, utilizando os quadros para facilitar o entendimento e apresentando apenas as informações mais relevantes aos stakeholders.

Não foram observadas alterações relevantes para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 em relação ao tema, mantendo a mesma estrutura utilizada no ano de 2015.

4.3. Resultado da Análise das Notas Explicativas das Principais Políticas Contábeis

No ano de 2013 a Companhia realizou a abertura de suas principais políticas contábeis em 26 itens, conforme Quadro 1:

Quadro 1. Principais políticas contábeis da TOTVS S.A. de 2013 a 2020

Nº	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
01	Base de preparação	X	X	X	X				
02	Consolidação	X							
03	Conversão em moeda estrangeira	X				X	X	X	X
04	Informações por segmento	X		X					
05	Caixa e equivalentes de caixa	X							
06	Instrumentos financeiros	X	X	X	X	X	X	X	X
07	Contas a receber de clientes	X	X	X	X	X	X	X	
08	Investimentos em controladas	X							
09	Imobilizado	X							
10	Intangível	X							X
11	Redução ao valor recuperável de ativo não financeiro	X	X	X	X	X	X	X	X
12	Contas a pagar aos fornecedores	X							
13	Empréstimos e financiamentos	X							
14	Pagamento baseado em ações	X							

Quadro 1. Principais políticas contábeis da TOTVS S.A. de 2013 a 2020 (continuação)

15	Outros benefícios a empregados	X							
16	Provisões	X							
17	Dividendos e juros sobre o capital próprio	X							
18	Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)	X							
19	AVP de ativos e passivos	X				X	X	X	X
20	Capital social	X							
21	Ações em tesouraria	X							
22	Receitas e despesas	X	X	X	X	X	X	X	X
23	Tributação	X	X	X	X	X	X	X	X
24	Lucro por ação	X							
25	Julgamento, estimativas e premissas contábeis. Significativas	X							
26	Normas e interpretações não em vigor	X	X	X	X	X	X	X	X
27	Contexto operacional		X	X	X				
28	Arrendamento				X	X	X	X	X
29	Estoque			X	X	X	X		
30	Subvenção governamental			X	X	X	X		
31	Mensuração a valor justo					X	X	X	X
32	Economia hiperinflacionária na Argentina						X	X	X
33	Plano de remuneração baseado em ações								X
34	Novas normas						X	X	X
	Total	26	8	11	11	12	14	12	13

Fonte: dados da pesquisa.

No primeiro ano avaliado, percebe-se que em sua grande maioria, os 26 itens divulgados como principais políticas contábeis continham cópias literais de normas ou formas de contabilização já previstas nos regulamentos contábeis. Dessa forma os 26

itens não se referiam a informações relevantes para os stakeholders, de maneira que foram revistos no ano de 2014, de acordo com a orientação do CPC.

Em 2014 vemos que apenas 8 itens foram apresentados por conterem informações relevantes, bases de cálculo para contabilizações e julgamentos da Companhia para apresentarem a melhor estimativa possível. Esses itens também tiveram sua apresentação reformulada, de tal forma a reduzir a quantidade total de páginas sobre as Principais Políticas Contábeis de 21 para apenas 5 páginas.

Para o ano de 2015, mesmo aumentando 3 itens em comparação ao anterior, a Companhia manteve a sensibilidade de evidenciar apenas informações relevantes. Nessa Nota não são observadas cópias irrelevantes de normas e nem trechos dos regulamentos contábeis. Em 2015 e 2016 a seção das Principais Políticas Contábeis ocupou 6 páginas das Notas Explicativas, mantendo uma grande redução em comparação com as 26 páginas do ano-base.

A principal diferença de 2015 para 2016 foi que em 2015 a Companhia apresentou a Nota de informações por segmento e não foi apresentada a Nota de arrendamentos. Em 2016 a situação inverteu-se, e foi apresentada a Nota de arrendamentos e não foi apresentada a Nota de informações por segmento.

A mudança em 2017 foi na estrutura das Notas Explicativas. Diferentemente dos anos anteriores, em que a Companhia iniciou a divulgação com as Principais Políticas Contábeis, em 2017 a Companhia inseriu itens introdutórios. O item 2.4 das Notas Explicativas sob o nome de “Resumo das Principais Práticas Contábeis” abordou esse tema e pode ser observado que a TOTVS teve a sensibilidade de manter apenas informações relevantes com a divulgação de 6 páginas de políticas contábeis.

Para 2018, a maior alteração foi verificada na inclusão do item “Economia hiperinflacionária na Argentina”, entretanto, foi mantida a sensibilidade em não incluir cópias literais de normas. As principais políticas contábeis consumiram 8 páginas das Notas Explicativas.

Em 2019, não houve alterações relevantes em comparação ao ano anterior. Essa Nota Explicativa totalizou 7 páginas.

Por fim, em 2020, foram utilizadas 12 páginas, cinco a mais do que no ano de 2019. Nota-se que o aumento em relação ao ano anterior ocorreu pela necessidade de apresentar novas informações e métodos de avaliação em decorrência da pandemia da COVID-19.

Avaliando as divulgações realizadas no período de 2013 a 2020, é notório que houve uma grande mudança entre os exercícios de 2013 e 2014. Apesar da redução na quantidade de itens e textos apresentados, houve aumento de informações importantes, demonstrando a sensibilidade da Companhia com os seus stakeholders com a observância da OCPC 07. Nos anos seguintes não foram observadas alterações relevantes, ocorrendo apenas inclusões isoladas em cada ano, demonstrando que as alterações mais relevantes ocorreram no ano de 2014.

5. CONCLUSÕES

Este trabalho analisou as informações divulgadas ao mercado por uma Companhia Aberta, em especial no que se refere à apresentação das Notas Explicativas. O estudo buscou verificar se a Companhia atendeu aos requerimentos da OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com a eliminação de conteúdos irrelevantes e a manutenção tão somente de informações relevantes.

Nas análises efetuadas, foram encontradas evidências de que a TOTVS S.A., com a observância da OCPC 07, melhorou seus relatórios contábeis divulgados a partir do ano de 2014, comparando-os com as Demonstrações Contábeis divulgadas em 2013.

As principais melhorias identificadas concentram-se na redução da quantidade de páginas e na eliminação de conteúdos que repetiam trechos das normas, o que se mostra extremamente atrativo e benéfico para a Companhia, tendo em vista a possibilidade de redução dos altos custos relacionados às publicações das Demonstrações Contábeis em jornais, propiciando, ainda, um melhor entendimento de seus usuários ao apresentar em suas demonstrações como um todo, textos menos poluídos, mais claros e compreensíveis e, dessa forma, consumindo menos tempo dos stakeholders e maior aproveitamento das informações divulgadas ao mercado.

Baseado nos resultados obtidos para o estudo das métricas comparativas, pode-se afirmar que a TOTVS S.A. promoveu alterações significativas ao realizar a redução em mais de um terço da quantidade de páginas em seus relatórios, sem prejudicar o conteúdo apresentado, sendo constatada, ainda, uma melhora na qualidade das informações divulgadas pela Companhia.

Com a retirada dos trechos desnecessários em conjunto com a inclusão de novas tabelas para uma melhor visualização das informações, as Notas Explicativas da Companhia focaram nas informações relevantes, as quais, por definição, possuem valores preditivos, confirmatórios ou ambos.

A análise desenvolvida na Nota das Principais Políticas Contábeis revelou que, de fato, constavam conteúdos exagerados em suas divulgações, tendo em vista a supressão de 18 itens em 2014, em relação aos apresentados em 2013, uma vez que se tratava de dados irrelevantes, redundantes ou que poderiam ser facilmente agrupados e resumidos em outros itens ou tabelas.

Diante do exposto, os resultados obtidos nas análises têm coerência com a preocupação apresentada pelos órgãos reguladores, em virtude do excesso de conteúdo sem relevância que é divulgado desnecessariamente, os quais podem afetar negativamente a tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Contábeis.

Conforme explicitado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, é possível realizar uma melhora significativa na qualidade dos relatórios e racionalizar as informações contidas nas Demonstrações Contábeis seguindo os preceitos definidos na OCPC 07 e, dispondo de olhar crítico, apresentar apenas informações relevantes nas Demonstrações Contábeis das empresas, assim como ocorreu nas divulgações

das Demonstrações Contábeis da TOTVS S.A. de 2014 a 2020.

É importante ressaltar que a avaliação criteriosa de divulgações necessárias da TOTVS manteve-se em 2020 pois, levando-se em consideração a pandemia daquele momento, a Companhia aumentou a quantidade de páginas de suas Notas Explicativas, divulgando detalhadamente informações relevantes sobre a COVID-19.

Fica como sugestão para futuros trabalhos o aprofundamento na análise das métricas apresentadas neste estudo e a inclusão de outras que possam agregar ou refutar os achados deste estudo, bem como a aplicação desta análise às demais empresas deste ou de outros setores do mercado, tendo como finalidade a comprovação do impacto da OCPC 07 nas empresas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei das Sociedades por Ações**, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em 20 set. 2020.

BRAUNBECK, G. O.; LUCCAS, R. G. A Nova Demonstração do Resultado e a Comparabilidade Transnacional das Demonstrações Financeiras em IFRS: Um Idioma Financeiro Comum ou uma Torre de Babel? **Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças**, v. 1, n. 2, 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 04 (R1) – Ativo Intangível**. (2010). Disponível em: <[CPC_04_R1_rev 14 \(aatb.com.br\)](http://cpc.aatb.com.br/Documentos/CPC_04_R1_rev_14)>. Acesso em 20 set. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral**. (2014). Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. (2011). Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf>. Acesso em 26 dez. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. (2019). Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)>. Acesso em 20 set. 2020.

DYE, Ronald A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 181-135, 2001.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A. J.; WATERHOUSE, J. The management of financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and processes. **Journal of Accounting Research**, v. 28, p. 121-143, 1990.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun.1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopeia de sua Evolução. **Revista de Contabilidade Financeira da Universidade de São Paulo**, n. 38, p. 7-19, São Paulo, 2005.

KAM, Vernon. **Accounting theory**. Hayward, CA: John Wiley, 1986.

LANG, Mark; LUNDHOLM, Russel. Cross-sectional determinants of analyst rating of corporate disclosures. **Journal of Accounting Research**, v. 31, n. 2, p. 246-271, Autumn, 1993.

LAMBERT, R.; Leuz, C.; Verrecchia, R. E. Accounting information, disclosure and the cost of capital. **Journal of Accounting Research**, v. 45, n. 2, p. 385-420, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. **Um passeio na contabilidade: Da Pré-História ao novo Milênio**. Adcontar, v. 2, n. 1, p 7-10, Belém, Maio 2001.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. **Informação Contábil**. São Paulo: Atlas, 2006.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 53-70, jun. 2005.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Divulgação Voluntária das Demonstrações dos Fluxos de Caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Contabilidade Financeira**. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 37-49, dez. 2008.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L.; BISPO, M. F. Impact of the Brazilian Accounting Pronouncements Committee's New Guideline (OCPC 07) on the Downsizing of Companies' Notes. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 30, p. 58-72, 2019.

SANTOS, E. S.; SILVA, F. A. M.; SHENG, H. H.; LORA, M. I. Compliance with

IFRS Required Disclosure and Analysts' Forecast Errors: Evidence from Brazil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 29, p. 77-100, 2018.

SILVA, G. D. M.; LEMES, S; REINA, D. As Notas Explicativas sob a Ótica da OCPC 07: um Estudo em Empresas do Segmento IBRX-50. **EGEN – Encontro de Gestão de Negócios**. Uberlândia, MG, 29 a 31 out – 2018. Disponível em: <As Notas Explicativas sob a Ótica da OCPC 07 um Estudo em Empresas do Segmento IBRX-50.pdf (poncedaher.net.br)>. Acesso em: 23 mar. 2022.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

VERRECCHIA, R. E. Information quality and discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 12, p. 365-380, 1990.

VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

SOBRE OS AUTORES:



Fernando de Almeida Alves

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São Paulo, Certificado CPA-20 e CEA pela Anbima e Certificado Ancord. Com experiência em Controladoria e Contabilidade de Fundos de Investimento pelo Banco Bradesco, Leasing e Aluguel pela CSILatina e atualmente Especialista em Investimentos pelo Banco Itaú. Vencedor do 3º lugar do Prêmio Professor Hilário Franco, entregue pelo SINDCONT-SP e apresentação de artigo no 18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade.



Jorge Andrade Costa

Professor Doutor na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Professor em Cursos de MBA na FIPECAFI; Membro da Comissão de Desenvolvimento Científico do CRC/SP; Contador, Atuário, MBA Controller e Mestrado em Contabilidade; Parecerista e Autor na Área Contábil; Especialista na Contabilidade Bancária, Contabilidade Internacional e Contabilidade de Seguros; e Membro de Diversos Comitês de Auditoria e Conselhos Fiscais. Foi Membro do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Conselho Fiscal da FEBRABAN, da Comissão Contábil da FEBRABAN (Diretor da Comissão), FENASEG e ABRASCA, além de Membro do Comitê de Finanças e Controladoria da CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos).